

EDITORIAL

V Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas: contribuições e perspectivas

V Campo de Públicas Teach and Research National Conference: contributions and perspectives

Bruno Dias Magalhães¹
Marcos Arcanjo de Assis²

Durante os dias 04 a 06 de de setembro de 2023, a Fundação João Pinheiro recebeu e realizou o V Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas. Ao todo, 491 pesquisadoras e pesquisadores de todos as regiões brasileiras apresentaram seus trabalhos presencial ou virtualmente em 24 Sessões Temáticas, participaram de algumas das 19 Mesas Redondas, apresentaram ou visitaram trabalhos da III Mostra de Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora, conheceram um dos 8 livros lançados ou as teses, dissertações e monografias de cursos do campo premiadas, participaram de Reuniões abertas e das Conferências de abertura ou encerramento. A intensa programação, permeada de atividades culturais, demonstra a vitalidade do Campo de Públicas, chegando à quinta edição de seu já esperado Encontro bianual. Os debates e as discussões levadas a cabo nesses três dias apontam para um amadurecimento da comunidade, bem como para contribuições e perspectivas.

O Campo de Públicas, como se sabe, é um campo-movimento que pretende a um só tempo delimitar e institucionalizar uma área de conhecimentos e práticas voltados para a atuação no amplo e diverso domínio público. Com base original nos cursos de graduação em Administração Pública, Políticas Públicas, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Pública, Gestão Social e semelhantes, o Campo alcançou avanços significativos nas últimas décadas, como a conquista de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) próprias, que

¹ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo e em Democracia y Buen Gobierno pela Universidad de Salamanca. Professor na Escola de Governo da Fundação João Pinheiro.

² Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro. Pesquisador e professor da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro.

marcou a separação de sua área formativa da administração de empresas, a qual esteve vinculado durante parte expressiva do século XX.

À véspera dos 10 anos de promulgação das DCN, os bacharelados do Campo continuam a crescer, com elevado grau de aderência à diretrizes federais. Há também um aumento considerável de programas de pós-graduação, bem como de iniciativas formidáveis em extensão e no ensino tecnológico. Institucionalmente, o Campo também parece ir bem, lastreado pelo vigor da atuação de suas principais organizações, notadamente a Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas (ANEPECP), organizadora do ENEPCP, a Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP), a Federação Nacional de Estudantes do Campo de Públicas (Fenecap) e a ProPublica, que busca representar os interesses dos profissionais do Campo.

Outro sinal da vivacidade do Campo de Públicas é o êxito dos seus principais encontros científicos, expressivo do ponto de vista numérico, mas também em relação ao acolhimento, diversidade e qualidade dos temas, debates e trabalhos compartilhados. Mas isso não significa que não existam desafios, eles são muitos. Para citar dois dos mais significativos, embora nem sempre consensuais: Campo de Públicas ainda precisa mostrar a que veio como campo científico, ao desenvolver suas principais disputas ontológicas, epistemológicas e metodológicas, e como campo profissional, ao ter sua atividade devidamente delimitada e amplamente reconhecida.

A existência de desafios é, no entanto, evidência definitiva do ímpeto democrático e científico do Campo de Públicas, pois não existe campo sem disputas. Essa foi a tônica do V ENEPCP e também aquilo que motivou a elaboração desse dossiê, composto por 8 textos selecionados pelas(os) coordenadoras(es) das sessões temáticas entre os melhores trabalhos apresentados, bem como de uma entrevista com a atual Presidente da ANEPECP, Maria Isabel Araújo Rodrigues. Passemos, pois, a uma breve apresentação da edição.

Primeiramente, como anunciado, a entrevista com a Presidente da ANEPECP, Maria Isabel, remonta a trajetória da instituição e seus principais marcos. Isabel também detalha as atuais atividades da Associação, apontando

sua regionalização e a profissionalização do Campo de Públicas como principais desafios para a gestão que se iniciou durante o V ENEPCP.

Em seguida, Ruan de Oliveira, Mariana Prado e Verônica Martines discutem a participação social no Subcomitê de Zeladoria Urbana da cidade de São Paulo, no texto intitulado “Vão tirar a barraca para depois pensar na população de rua?": desafios e potencialidades da participação social no Subcomitê de Zeladoria Urbana”. Amparadas na instrumentação, as autoras destacam as limitações e as desigualdades desse espaço atrelado ao Comitê PopRua, que muitas vezes não dá conta de priorizar e tratar adequadamente as necessidades veiculadas pela população de rua e seus representantes. Por outro lado, algumas potencialidades são elencadas, sobretudo no que diz respeito ao registro de ocorrências e a proximidade de uma rede de instituições capazes de agir em prol do público/agentes em questão.

Giulia do Vale e Armindo Teodósio seguem com a temática, complementando a perspectiva anterior ao propor o uso da lente pragmatista para a compreensão de como a população de rua inside nas ações públicas a ela destinadas. As autoras abordam “A rua enquanto arena pública: uma análise do Canto da Rua Emergencial em Belo Horizonte”, atuação multi-organizacional realizada como enfrentamento à pandemia do Covid-19 na capital mineira.

A questão habitacional é o foco de Rebeca dos Santos. Em seu artigo “Como um modelo de gestão coletiva da terra pode inibir a gentrificação dos investimentos públicos: uma análise do termo territorial coletivo”, a autora discute os passos necessários para a instituição da versão brasileira do *Community Land Trust*, modelo de gestão coletiva da terra que visa garantir a segurança da posse e o direito à moradia economicamente acessível pela perpetuidade às famílias de baixa renda. Para amparar seus estudos, Santos analisa dois casos de aplicação do instrumento: a experiência do Champlain Housing Trust, nos EUA, e do Fideicomiso de la Tierra Caño Martín Peña, em Porto Rico.

Ainda na temática urbana, Jacqueline Guimarães e Luiz Fernando Bessa discutem “A soberania digital construída pela sociedade civil brasileira diante da agenda das Cidades Inteligentes”. Em seu trabalho, os autores analisam quatro iniciativas que visam garantir direitos digitais e direito à cidade no Brasil, identificando quatro posicionamentos que se referem às tecnologias da

informação e comunicação como alternativas de resistência à perspectiva dominante das cidades inteligentes privatizadas.

Sem abandonar a área social, fazendo um giro para a segurança pública, Bárbara Bezzera apresenta o trabalho “Do estigma à reintegração social: o egresso do sistema prisional do Rio Grande do Norte e o trabalho do Escritório Social”. A autora analisa a iniciativa do Escritório Social, a partir dos seus efeitos na vida dos assistidos, buscando compreender a relação dos egressos do sistema prisional com elementos como estigma, família, trabalho, religião e redes sociais. Traçando um perfil desses egressos, Bezerra identifica a predominância de grupos sociais já marginalizados, indicando a insuficiência de recursos materiais e humanos à disposição do Escritório Social frente ao desafio da superação do estigma em questão.

O dossiê segue com o artigo “Gênero, trabalho e juventude: uma investigação sobre as jovens mulheres que não estudam e não trabalham em Minas Gerais”, de autoria de Alessandra Kadar, Anna Clara Mattos, Bruno Costa e Lorena Auarek. As autoras e o autor analisam o perfil das jovens mulheres que não estudam e não desempenham atividade remunerada em Minas Gerais, a partir dos microdados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (Pnad Contínua). Investigando diversos fatores que levam ao fenômeno, Kadar e colegas indicam que a exclusão do reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidado não remunerado como categoria oficial de trabalho é um dos principais fatores para a feminização da categoria jovens *nem nem* (que não estudam e não trabalham de forma remunerada) em Minas Gerais.

A educação permanece em foco no artigo “As trajetórias de formulação e de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em um município mineiro: análise dos conteúdos da política”, de autoria de Maria Michelle Alves e Breyner Oliveira. A autora e o autor analisam os textos oficiais produzidos no âmbito da formulação nacional da BNCC e de sua implementação no nível local no município de Contagem, em Minas Gerais. Destacando a importância dos textos oficiais como fonte, já que revelam disputas e discontinuidades, elementos evidenciadores da complexidade que permeia o processo de formulação e implementação das políticas educacionais, Alves e

Oliveira demonstram diferentes apropriações e interpretações da BNCC no âmbito local.

Finalmente, Edilson Bicudo e Rogério Schlegel assinam o artigo “Desenho e redesenho do programa de erradicação do trabalho infantil nas gestões federais brasileiras (1988-2022)”. Analisando o Peti desde seus antecedentes históricos, os autores identificam um processo de mudanças por camadas em suas duas primeiras décadas de existência, com estratégias de regulação, dispêndios e informação, em sincronia com a organização dos serviços de assistência social, mas com um posterior período de confusão e diminuição de ação. Segundo Bicudo e Schlegel, é possível identificar ainda a fragilidade legal das políticas públicas propostas e dificuldades de implementação do seu redesenho.

Estamos certos de que a presente edição da Revista Campo de Públicas: conexões e experiências contribui para o registro de alguns dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Campo, sendo não apenas testemunha de seu avanço, mas fornecendo farto material para o aprofundamento das discussões realizadas em seu interior.

Desejamos a todas e a todos uma boa leitura!